



LEGISLAÇÃO DA RECEITA

I - GERAL

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

- 05 DE OUTUBRO DE 1988

CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL

- LEI Nº 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966

LEI FEDERAL Nº 4.320

- 17 DE MARÇO DE 1964

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE BELÉM

- 30 DE MARÇO DE 1990

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – LEI COMPLEMENTAR Nº 101

- 04 DE MAIO DE 2000

PORTARIAS/RESOLUÇÕES

- PORTARIA INTERMINISTERIAL STN/SOF Nº 163 DE 04 DE MAIO DE 2001

PLANO DIRETOR

- LEI Nº 8.655 DE 30 DE JULHO DE 2008 – DOM Nº 11.189 DE 31/07/2008 – 2º CADERNO

PLANO PLURIANUAL PARA O QUADRIÊNIO 2014/2017

- LEI Nº 9.026 DE 07 DE AGOSTO DE 2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

- LEI Nº 9.036 DE 10 DE OUTUBRO DE 2012- LDO

CÓDIGO TRIBUTÁRIO E DE RENDAS DO MUNICÍPIO DE BELÉM

- LEI Nº 7.056 DE 30 DE DEZEMBRO DE 1977

- LEI Nº 8.107/01 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2001 – DOU Nº 9.618 DE 28/12/2001

- LEI Nº 8.108/01 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2001

- LEI Nº 8.268/2003 DE 29 DE SETEMBRO DE 2003

- LEI Nº 8.269/2003 DE 30 DE SETEMBRO DE 2003

- LEI Nº 8.293/2003 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2003 – DOM Nº 10.096 DE 31/12/2003

- LEI Nº 8.353/2004 DE 02 DE AGOSTO DE 2004 – DOM Nº 10.236 DE 02/08/2004

- DECRETO Nº 42.280/2003 DE 03 DE JANEIRO DE 2003– PMB – DOM Nº 9.980 DE 03/01/2003



II – ESPECÍFICAS

IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - IPTU

- CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DE 05 DE OUTUBRO DE 1988, ART. 156, INCISO I
- LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE BELÉM, DE 30 DE MARÇO DE 1990, ART. 100, INCISO I
- LEI MUNICIPAL Nº 7.438, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1988
- LEI MUNICIPAL Nº 7.459, DE 18 DE JULHO DE 1989
- LEI MUNICIPAL Nº 7.473, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1989
- LEI MUNICIPAL Nº 7.933, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1998
- LEI MUNICIPAL Nº 7.986, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1999
- LEI MUNICIPAL Nº 8.033, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2000
- LEI MUNICIPAL Nº 8.034, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2000
- LEI MUNICIPAL Nº 8.035, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2000
- LEI MUNICIPAL Nº 8.111, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2001
- LEI MUNICIPAL Nº 8.446 DE 18 DE JULHO DE 2005
- LEI MUNICIPAL Nº 8.491 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2005
- LEI MUNICIPAL Nº 8.471 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2005
- LEI MUNICIPAL Nº 8.623 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2007 – DOM Nº 11.047 DE 28/12/2007
- DECRETO Nº 36.098/99 – PMB DE 30 DE DEZEMBRO DE 1999

IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF

- PORTARIA STN Nº 212 DE 04 DE JUNHO DE 2001

IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO INTER VIVOS DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS - ITBI

- CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DE 05 DE OUTUBRO DE 1988, ART. 156, INCISO II
- LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE BELÉM, DE 30 DE MARÇO DE 1990, ART. 100, INCISO II
- LEI MUNICIPAL Nº 7.448, DE 26 DE MAIO DE 1989
- LEI MUNICIPAL Nº 7.459, DE 18 DE JULHO DE 1989
- LEI MUNICIPAL Nº 7.649, DE 19 DE JULHO DE 1993
- LEI MUNICIPAL Nº 7.933, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1998
- LEI MUNICIPAL Nº 8.035, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2000
- LEI MUNICIPAL Nº 8.446, DE 18 DE JULHO DE 2005
- LEI MUNICIPAL Nº 8.491, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2005
- LEI MUNICIPAL Nº 8.471, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2005
- LEI MUNICIPAL Nº 8.623 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2007 – DOM Nº 11.047 DE 28/12/2007
- DECRETO Nº 20.552, DE 19 DE JUNHO DE 1989



IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISS

- CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DE 05 DE OUTUBRO DE 1988, ART. 156, INCISO IV
- LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE BELÉM, DE 30 DE MARÇO DE 1990, ART. 100, INCISO IV
- LEI Nº 7.473, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1989
- LEI Nº 7.779, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1995
- LEI COMPLEMENTAR Nº 116, DE 31 DE JULHO DE 2003
- LEI MUNICIPAL Nº 7.649, DE 19 DE JULHO DE 1993
- LEI MUNICIPAL Nº 8.034, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2000
- LEI MUNICIPAL Nº 8.293 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2003
- LEI MUNICIPAL Nº 8.352 DE 02 DE AGOSTO DE 2004
- LEI MUNICIPAL Nº 8.446 DE 18 DE JULHO DE 2005
- LEI MUNICIPAL Nº 8.471 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2005

CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA – COSIP

- CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DE 05 DE OUTUBRO DE 1988, ART. 149-A
- EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 39 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2002
- LEI Nº 8.258 DE 07 DE AGOSTO DE 2003
- LEI MUNICIPAL Nº 8.226/02, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2002

COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM

- CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DE 05 DE OUTUBRO DE 1988, ART. 159, INCISO I, B
- LEI FEDERAL Nº 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966
- DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 123/2012 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2012

TRANSFERÊNCIA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR

- CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DE 05 DE OUTUBRO DE 1988, ART. 158, INCISO II
- LEI FEDERAL Nº 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966

COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES DE CRÉDITO, CÂMBIO E SEGURO OU RELATIVAS A TÍTULOS OU VALORES IMOBILIÁRIOS - COMERCIALIZAÇÃO DO OURO

- CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DE 05 DE OUTUBRO DE 1988, ART. 153, § 5º, INCISO II

COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DE RECURSOS MINERAIS – CFEM

- LEI Nº 9.993 DE 24 DE JULHO DE 2000

COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP

- LEI Nº 7.990, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1989
- LEI Nº 8.001, DE 13 DE MARÇO DE 1990
- DECRETO Nº 01, DE 11 DE JANEIRO DE 1991
- DECISÃO NORMATIVA - TCU Nº 87/07 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2007



COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS A CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO - ICMS

- CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DE 05 DE OUTUBRO DE 1988, ART. 158, INCISO IV
- CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, DE 05 DE OUTUBRO DE 1989, ART. 225, INCISO IV
- DECRETO Nº 766 DE 27 DE JUNHO DE 2013

COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - IPVA

- CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DE 05 DE OUTUBRO DE 1988, ART. 158, INCISO III
- CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, DE 05 DE OUTUBRO DE 1989, ART. 225, INCISO III

COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - ESTADOS EXPORTADORES DE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI

- CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DE 05 DE OUTUBRO DE 1988, ART. 159, INCISO II
- LEI COMPLEMENTAR Nº 61 DE 26 DE DEZEMBRO DE 1989

COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO DO DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE

- CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ART. 159, INCISO III § 4º
- LEI Nº 10.336, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2001
- EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 42 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2003
- LEI 10.866 DE 04 DE MAIO DE 2004
- EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 44 DE 30 DE JUNHO DE 2004
- DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 89 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2008

TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS - DESONERAÇÃO – LC 87/96

- LC Nº 87/96 DE 13 DE SETEMBRO DE 1996
- LC Nº 102/00 DE 11 DE JULHO DE 2000
- LC Nº 115/02 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2002

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

- LEI COMPLEMENTAR Nº 101 DE 04 DE MARÇO DE 2001
- RESOLUÇÃO Nº 40 - STF DE 20 DE DEZEMBRO DE 2001
- RESOLUÇÃO Nº 43 - STF DE 21 DE DEZEMBRO DE 2001
- DECRETO ESTADUAL Nº 733 DE 13 DE MAIO DE 2013
- LEI MUNICIPAL Nº 8.888, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2011
- LEI MUNICIPAL Nº 8.890, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2011
- LEI MUNICIPAL Nº 8.945, DE 31 DE JULHO DE 2012
- LEI MUNICIPAL Nº 8.947, DE 31 DE JULHO DE 2012
- LEI MUNICIPAL Nº 8.946, DE 31 DE JULHO DE 2012
- LEI MUNICIPAL Nº 8.948, DE 31 DE JULHO DE 2012
- LEI MUNICIPAL Nº 8.970, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012



- LEI MUNICIPAL Nº 8.954, DE 24 DE OUTUBRO DE 2012
- LEI MUNICIPAL Nº 8.955, DE 04 DE OUTUBRO DE 2012
- LEI MUNICIPAL Nº 8.956, DE 24 DE OUTUBRO DE 2012

SALÁRIO EDUCAÇÃO

- PORTARIA Nº 67 DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE

- CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988
- LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964
- LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993
- LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996
- LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 04 DE MAIO DE 2000
- LEI Nº 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002
- LEI Nº 11.947, DE 16 DE JUNHO DE 2009
- LEI Nº 12.708, DE 17 DE AGOSTO DE 2012
- LEI Nº 11.947, DE 16 DE JUNHO DE 2009
- DECRETO Nº 5.450, DE 31 DE MAIO 2005

- DECRETO Nº 7.507, DE 27 DE JUNHO 2011
- RESOLUÇÃO Nº 09 DE 02 DE MARÇO DE 2011
- RESOLUÇÃO Nº 02 DE 18 DE JANEIRO DE 2012
- RESOLUÇÃO Nº 10 DE 18 DE ABRIL DE 2013
- RESOLUÇÃO Nº 19 DE 21 DE MAIO DE 2013
- PORTARIA STN Nº 448 DE 13 DE SETEMBRO DE 2002
- MEDIDA PROVISÓRIA Nº 562 DE 20 DE MARÇO DE 2012

PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE

- RESOLUÇÃO Nº 12 DE 17 DE MARÇO DE 2011

PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

- RESOLUÇÃO Nº 20 DE 06 DE MARÇO DE 2011
- RESOLUÇÃO Nº 21 DE 22 DE JUNHO DE 2012
- RESOLUÇÃO Nº 30 DE 03 DE AGOSTO DE 2012
- RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 34 DE 06 DE SETEMBRO DE 2013.

PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO

- RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 32 DE 1º DE JULHO DE 2011
- RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 70 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011



PREFEITURA DE

BELÉM

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA ESCOLA – PDE ESCOLA

- RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 25 DE 24 DE MAIO DE 2011

PROGRAMA ESCOLA ACESSÍVEL

- DECRETO Nº 7.611 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2012

- RESOLUÇÃO Nº 27 DE 02 DE JULHO DE 2012

PROGRAMA NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS - PROJOVEM URBANO

- LEI Nº 9.394 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

- LEI Nº 11.494 DE 20 DE JUNHO DE 2007

- LEI Nº 11.692 DE 10 DE JUNHO DE 2008

- DECRETO Nº 5.450 DE 31 DE MAIO DE 2005

- DECRETO Nº 6.629 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2008

- DECRETO Nº 7.507 DE 27 DE JUNHO DE 2011

- DECRETO Nº 7.649 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011

- RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 60 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2011

PROGRAMA ATLETA NA ESCOLA

- RESOLUÇÃO Nº 11 DE 07 DE MAIO DE 2013

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA ESCOLA – PDE ESCOLA

- RESOLUÇÃO Nº 22 DE 22 DE JUNHO DE 2012

FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DA VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB

- EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 14, DE 12 DE SETEMBRO DE 1996

- EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 53, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006

- LEI Nº 9.424 DE 24 DE DEZEMBRO DE 1996

- LEI Nº 11.494 DE 20 DE JUNHO DE 2007

- MEDIDA PROVISÓRIA Nº 339 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2006.

- PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 4 DE 07 DE MAIO DE 2013

AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

- ART.198 § 2º, INCISOS II E III DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

- EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 29 DE 13 DE SETEMBRO DE 2000

- LEI COMPLEMENTAR Nº 141 DE 13 DE JANEIRO DE 2012

AÇÕES DE SAÚDE – REPASSE FUNDO A FUNDO

- PORTARIA Nº 1497 DE 22 DE JUNHO DE 2007

III – LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM

BASE LEGAL

- RESOLUÇÃO Nº 15, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1992 - DOM DE 21/12/92.

ATRIBUIÇÕES

COMPETE À CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, COM A SANÇÃO DO PREFEITO, NÃO EXIGIDA ESTA PARA O ESPECIFICADO NO ARTIGO 6º, LEGISLAR SOBRE AS MATÉRIAS DE COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO.



PREFEITURA DE
BELÉM

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

IV – EXECUTIVO

CHEFIA DO GABINETE DO PREFEITO

BASE LEGAL

- DECRETO Nº 22.832/91-PMB, DE 10 DE MAIO DE 1991 - DOM DE 14/05/91
- DECRETO Nº 52.696 – A/ 2007 – PMB, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2007 – DOM Nº 10.879 DE 18/04/2007

FINALIDADE

- ÓRGÃO DE APOIO E DE ASSESSORAMENTO AO EXECUTIVO, TEM POR FINALIDADE O PLANEJAMENTO, A EXECUÇÃO, A COORDENAÇÃO, O CONTROLE E A AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS GLOBAIS DO GOVERNO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM.

GABINETE DO VICE-PREFEITO

BASE LEGAL

- LEI Nº 7.341, DE 18 DE MARÇO DE 1986 - DOM Nº 5.778 DE 20/03/1986

FINALIDADE

- ORGÃO DE APOIO E DE ASSESSORAMENTO AO EXECUTIVO

AGÊNCIA DISTRITAL DE ICOARACI

BASE LEGAL

- DECRETO Nº 22.301/90-PMB, DE 16 DE OUTUBRO DE 1990 - DOM DE 19 E 20/11/90

FINALIDADE

- TEM POR FINALIDADE O PLANEJAMENTO, A EXECUÇÃO, A COORDENAÇÃO, O CONTROLE E A AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES SUBSTANTIVAS E OBJETIVAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, NO ÂMBITO DO DISTRITO DE ICOARACI.

AGÊNCIA DISTRITAL DE MOSQUEIRO

BASE LEGAL

- DECRETO Nº 22.300/90-PMB, DE 16 DE OUTUBRO DE 1990 - DOM DE 14/11/90
- DECRETO Nº 25.601/93-PMB, DE 26 DE MARÇO DE 1993 - DOM DE 16/04/93

FINALIDADE



PREFEITURA DE
BELÉM

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

- TEM POR FINALIDADE O PLANEJAMENTO, A EXECUÇÃO, A COORDENAÇÃO, O CONTROLE E A AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES SUBSTANTIVAS E OBJETIVAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, NO ÂMBITO DO DISTRITO DE MOSQUEIRO.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO OUTEIRO

BASE LEGAL

- LEI Nº 7.753, DE 17 DE MAIO DE 1995 - DOM DE 23/05/95

FINALIDADE

- ÓRGÃO DE GESTÃO REGIONAL, DIRETAMENTE SUBORDINADO AO CHEFE DO EXECUTIVO MUNICIPAL, COMPETE REPRESENTAR O EXECUTIVO MUNICIPAL NOS ASPECTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE CARÁTER LOCAL, DENTRO DOS LIMITES DO DISTRITO ADMINISTRATIVO DO OUTEIRO.

GUARDA MUNICIPAL DE BELÉM

BASE LEGAL

- LEI Nº 7.346 DE 14 DE OUTUBRO 1986 - DOM Nº 5.927 DE 21/10/86
- DECRETO Nº 23.115/91 – PMB DE 16 DE AGOSTO DE 1991 - DOM Nº 27/08/91
- DECRETO Nº 53.545/07 – PMB DE 25 DE JUNHO DE 2007 - DOM Nº 10.923 DE 25/06/2007

FINALIDADE

- PROTEGER OS SERVIÇOS, INSTALAÇÕES E BENS DO MUNICÍPIO, DENTRE ESTAS O SEU PATRIMÔNIO CULTURAL, HISTÓRICO, ARTÍSTICO, NATURAL, PAISAGÍSTICO E TURÍSTICO.

OUVIDORIA GERAL DO MUNICÍPIO

BASE LEGAL

- LEI Nº 8.493 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2005 – DOM Nº 10.570 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2005

FINALIDADE

- ÓRGÃO AUXILIAR INDEPENDENTE, PERMANENTE E COM AUTONOMIA ADMINISTRATIVA E FUNCIONAL QUE TEM POR OBJETIVO APURAR AS RELAÇÕES RELATIVAS A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA E INDIRETA, BEM COMO DAS ENTIDADES PRIVADAS DE QUALQUER NATUREZA QUE OPEREM COM RECURSOS PÚBLICOS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À POPULAÇÃO, CONFORME O INCISO I DO § 3º DO ARTIGO 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.



PREFEITURA DE
BELEM

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

AUDITORIA GERAL DO MUNICÍPIO

BASE LEGAL

- LEI Nº 8.496 DE 04 DE JANEIRO DE 2006 – DOM Nº 10.573 DE 04 DE JANEIRO DE 2006

FINALIDADE

- I AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS ESTABELECIDAS NO PLANO PLURIANUAL, A EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO E DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO;
- II COMPROVAR A LEGALIDADE E AVALIAR OS RESULTADOS DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA FINANCEIRA E PATRIMONIAL NOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, BEM COMO DA APLICAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS POR ENTIDADES DE DIREITO PRIVADO;
- III EXERCER O CONTROLE DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO, AVAIS E GARANTIAS, BEM COMO DOS DIREITOS E DEVERES DO MUNICÍPIO;
- IV EXERCER A FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA, OPERACIONAL E PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO E DAS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA;
- V APOIAR O CONTROLE EXTERNO NO EXERCÍCIO DE SUA MISSÃO INSTITUCIONAL.

UNIDADE COORDENADORA DO PROGRAMA

BASE LEGAL

- LEI Nº 8.889 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2011 – DOM Nº 11.969 DE 10/11/2011
- DECRETO Nº 68.738/2012 – PMB DE 02/01/2012, QUE REGULAMENTA O ORÇAMENTO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA UNIDADE COORDENADORA DO PROGRAMA – UCP PROMABEM

FINALIDADE

ACOMPANHAR E GERENCIAR O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO URBANO-AMBIENTAL DA BACIA DA ESTRADA NOVA, TAMBÉM DENOMINADO PROGRAMA DE SANEAMENTO DA BACIA DA ESTRADA NOVA – PROMABEN.

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

BASE LEGAL

- DECRETO Nº 22.322/90-PMB, DE 23 DE OUTUBRO DE 1990 - DOM DE 26/10/90

FINALIDADE

- ÓRGÃO DE APOIO E DE ASSESSORAMENTO AO EXECUTIVO, TEM POR FINALIDADE PLANEJAR, COORDENAR E EXECUTAR A POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL NO ÂMBITO DA PREFEITURA, OBSERVADAS AS DISPOSIÇÕES DA LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA.

COORDENADORIA MUNICIPAL DE TURISMO

BASE LEGAL

- LEI Nº 8.291, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2003 - DOM Nº 10.096 DE 31/12/2003

FINALIDADE

- ORGÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA, E QUE TEM POR FINALIDADE PLANEJAR, COORDENAR E CONTROLAR E AVALIAR AS ATIVIDADES RELACIONADAS COM O TURISMO NO MUNICÍPIO DE BELÉM NOS TERMOS DA POLÍTICA NACIONAL DE TURISMO.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

BASE LEGAL

- LEI Nº 7.341, DE 18 DE MARÇO DE 1986 - DOM DE 23/12/88
- DECRETO Nº 22.260/90-PMB, DE 26 DE SETEMBRO DE 1990 - DOM DE 21 E 22/11/90
- DECRETO Nº 49.549/05 – PMB DE 28 DE SETEMBRO DE 2005 – DOM Nº 10.515 DE 03/10/2005

FINALIDADE

- ÓRGÃO DE ATIVIDADE SUBSTANTIVA, TEM POR FINALIDADE, O PLANEJAMENTO, A EXECUÇÃO, A COORDENAÇÃO, O CONTROLE E A AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES INERENTES
Á ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DESTA MUNICIPALIDADE INCLUSIVE DAS NECRÓPOLES PÚBLICAS MUNICIPAIS.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

BASE LEGAL

- LEI Nº 7.341, DE 18 DE MARÇO DE 1986 - DOM DE 23/12/1988.
- DECRETO Nº 22.639/91-PMB, DE 15 DE FEVEREIRO DE 1991 - DOM DE 19 E 20/03/1991.
- DECRETO Nº 25.358/93-PMB, DE 01 DE FEVEREIRO DE 1993 – DOM Nº 7.450 DE 04/02/1993.
- PORTARIA Nº 208/2003-GABS/SEFIN DE 11/09/2003 – DOM DE 14/08/2003
- LEI Nº 8.490 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2005 – DOM Nº 10.570 DE 29/12/2005
- LEI Nº 8.492 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2005 – DOM Nº 10.570 DE 29/12/2005
- DECRETO 51.120/2006 – PMB DE 01 DE JUNHO DE 2006 – DOM Nº 10.692 DE 03/07/2006
- LEI Nº 8.602 DE 26 DE SETEMBRO DE 2007 - DOM Nº 10.994 DE 04/10/2007.
- DECRETO 54.388/2007 – PMB DE 19 DE NOVEMBRO DE 2007 – DOM Nº 11.020 DE 19/11/2007
- DECRETO 54.939/2008 – PMB DE 28 DE JANEIRO DE 2008 – DOM Nº 11.078 DE 18/02/2008
- DECRETO 55.601/2008 – PMB DE 29 DE MAIO DE 2008 – DOM Nº 11.152 DE 10/06/2008



PREFEITURA DE
BELÉM

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

FINALIDADE

- ÓRGÃO DE DIREÇÃO SUPERIOR DE ATIVIDADE SUBSTANTIVA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, TEM POR FINALIDADE O PLANEJAMENTO, A EXECUÇÃO, A COORDENAÇÃO, O CONTROLE E A AVALIAÇÃO DA POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA, TRIBUTÁRIA E CONTÁBIL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS

BASE LEGAL

- LEI Nº 7.341, DE 18 DE MARÇO DE 1986 - DOM DE 23/12/88
- LEI Nº 7.346 DE 14 DE OUTUBRO DE 1986 – DOM DE 23/12/88
- DECRETO Nº 31.015/97-PMB, DE 11 DE JUNHO DE 1997 - DOM DE 12/06/97
- LEI Nº 8.292 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2003 – DOM DE 31/12/2003
- LEI Nº 8.386 DE 17 DE MARÇO DE 2005 – DOM Nº 10.408 DE 22/04/05
- LEI Nº 8.109 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2001 – DOM Nº 11.013 DE 06/11/2007

FINALIDADE

- TEM POR FINALIDADE O PLANEJAMENTO, A DIREÇÃO, A COORDENAÇÃO, A SUPERVISÃO, O CONTROLE E A AVALIAÇÃO DOS ASSUNTOS JURÍDICOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM.

SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO GERAL DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

BASE LEGAL

- LEI Nº 7.662, DE 13 DE OUTUBRO DE 1993 - DOM DE 15/10/93
- DECRETO Nº 26.521/94-PMB, DE 30 DE MARÇO DE 1994 - DOM DE 31/03/94

FINALIDADE

- ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, TEM POR FINALIDADE O PLANEJAMENTO, A COORDENAÇÃO E A GESTÃO DA POLÍTICA GLOBAL DE DESENVOLVIMENTO PARA O MUNICÍPIO DE BELÉM.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

BASE LEGAL

- LEI Nº 7.491, DE 06 DE JUNHO DE 1990 - DOM DE 19/06/90
- LEI Nº 7.722 DE 07 DE JULHO DE 1994



PREFEITURA DE
BELÉM

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

- DECRETO Nº 31.250/97-PMB, DE 01 DE SETEMBRO DE 1997 - DOM DE 01/09/97.
- DECRETO Nº 55.669/2008-PMB, DE 04 DE JUNHO DE 2008 – DOM Nº 11.148 DE 04/06/08.
- LEI Nº 8.791 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010

FINALIDADE

- ÓRGÃO DE ATIVIDADE - FIM, TEM POR FINALIDADE, PLANEJAR, EXECUTAR, COORDENAR, CONTROLAR E AVALIAR AS ATIVIDADES PERTINENTES À AÇÃO EDUCACIONAL NA REDE PÚBLICA PRÓPRIA E AS ATIVIDADES DESPORTIVAS E DE LAZER NO MUNICÍPIO DE BELÉM, DIRIGIR E GERENCIAR ATIVIDADES E INICIATIVAS EDUCACIONAIS DE QUALQUER NÍVEL E TIPO DE MUNICÍPIO, INCLUSO NO SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

BASE LEGAL

- LEI Nº 7.491, DE 06 DE JUNHO DE 1990 - DOM DE 19/06/90
- DECRETO Nº 24.382/92-PMB, DE 03 DE JUNHO DE 1992 - DOM DE 17/06/92
- DECRETO Nº 54.195-A/2007-PMB, DE 16 DE OUTUBRO DE 2007 - DOM Nº 11.008 DE 26/10/2007.

FINALIDADE

- ÓRGÃO DE ATIVIDADE OBJETIVA, TEM POR FINALIDADE O PLANEJAMENTO, A EXECUÇÃO, A COORDENAÇÃO, O CONTROLE E A AVALIAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE BELÉM.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO

BASE LEGAL

- LEI Nº 7.491, DE 06 DE JUNHO DE 1990 – DOM DE 19/06/90.
- DECRETO Nº 22.480/90-PMB, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1990 - DOM DE 07 E 08/01/91.

FINALIDADE

- ÓRGÃO DE DIREÇÃO SUPERIOR DE ATIVIDADE OBJETIVA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, TEM POR FINALIDADE O PLANEJAMENTO, A EXECUÇÃO, A COORDENAÇÃO, O CONTROLE E A AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE SANEAMENTO BÁSICO E ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO DO MUNICÍPIO DE BELÉM.



SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA

BASE LEGAL

- DECRETO Nº 25.253/90-PMB, DE 20 DE SETEMBRO DE 1990 - DOM DE 25/09/90.
- DECRETO Nº 25.962/93-PMB, DE 23 DE AGOSTO DE 1993 - DOM DE 26/08/93.

FINALIDADE

- ÓRGÃO DE ATIVIDADE OBJETIVA, TEM POR FINALIDADE O PLANEJAMENTO, A EXECUÇÃO, A COORDENAÇÃO, O CONTROLE E A AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES DO PODER PÚBLICO VOLTADOS PARA O FORTALECIMENTO E DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA NO MUNICÍPIO DE BELÉM.

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO

BASE LEGAL

- LEI Nº 7.491 DE 06 DE JUNHO DE 1990 – DOM DE 19/06/90.
- DECRETO Nº 24.510/92-PMB, DE 02 DE JULHO DE 1992 - DOM DE 23/07/92.
- LEI Nº 8.233 DE 31 DE JANEIRO DE 2003 – DOM 9.905 DE 12/03/2003.
- DECRETO Nº 54.195-A/2007-PMB, DE 16 DE OUTUBRO DE 2007 - DOM Nº 11.008 DE 26/10/2007.
- DECRETO Nº 60.389 /2009-PMB, DE 01 DE JUNHO DE 2009 - DOM Nº 11.394 DE 04/06/2009.

FINALIDADE

- ÓRGÃO DE DIREÇÃO SUPERIOR DE ATIVIDADE OBJETIVA, TEM POR FINALIDADE, O PLANEJAMENTO, A COORDENAÇÃO, O CONTROLE E A AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES PERTINENTES AO PLANEJAMENTO URBANO, A EXECUÇÃO, COORDENAÇÃO, CONTROLE, CONSERVAÇÃO E AVALIAÇÃO DAS OBRAS DE PAISAGISMO E EDIFICAÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS, AO CONTROLE E PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE EM GERAL, BEM COMO DAS OBRAS PARTICULARES ATRAVÉS DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR.

SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

BASE LEGAL

- LEI Nº 7.865, DE 05 DE JANEIRO DE 1998 - DOM DE 07/01/98
- DECRETO Nº 45.673/04-PMB, DE 17 DE AGOSTO DE 2004 - DOM DE 17/08/04

FINALIDADE



PREFEITURA DE
BELEM

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

- TEM POR FINALIDADE O PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO, A EXECUÇÃO, O CONTROLE E AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES DA POLÍTICA DE HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO, ORIENTANDO-SE PARA O PLENO DESENVOLVIMENTO URBANÍSTICO, GARANTIDO O BEM-ESTAR SOCIAL DA POPULAÇÃO, PRIORIZANDO AS QUESTÕES RELACIONADAS À HABITAÇÃO POPULAR.

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

BASE LEGAL

- LEI Nº 8.233, DE 31 DE JANEIRO DE 2003- DOM 9.905 DE 12/03/2003.
- LEI Nº 8.486 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2005 – DOM 10.570 DE 29/12/2005.
- LEI Nº 8.489 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2005 – DOM 10.570 DE 29/12/2005.
- LEI Nº 8.494 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2005 – DOM 10.570 DE 29/12/2005.
- DECRETO Nº 52.928 – PMB DE 18 DE ABRIL DE 2007 – DOM 10.879 DE 18/04/2007.
- DECRETO Nº 52.929 – PMB DE 18 DE ABRIL DE 2007 – DOM 10.879 DE 18/04/2007.

FINALIDADE

ORGÃO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA QUE TEM POR FINALIDADE PLANEJAR, COORDENAR, SUPERVISIONAR, EXECUTAR E CONTROLAR AS ATIVIDADES QUE VISEM A CONSERVAÇÃO, PROTEÇÃO, PRESERVAR E RESTAURAÇÃO DA FINALIDADE DO MEIO AMBIENTE E AS ÁREAS VERDES PÚBLICAS LOCALIZADAS NO MUNICÍPIO DE BELEM.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, JUVENTUDE E LAZER

BASE LEGAL

- LEI Nº 8.629 DE 21/01/2008 – DOM Nº 11.068 30/01/2008.
- DECRETO Nº 55.368/2008 – PMB DE 15/04/2008 - DOM Nº 11.118 DE 16/04/2008.
- DECRETO Nº 55.669/2008 – PMB DE 04/06/2008 – DOM Nº 11.148 DE 04/06/2008.

FINALIDADE

TEM POR FINALIDADE INSTITUCIONAL, A FORMULAÇÃO E GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SUA COMPETÊNCIA, PROMOVENDO E ESTIMULANDO AS AÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS COM O OBJETIVO DE MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO.

FUNDAÇÃO PAPA JOÃO XXIII

BASE LEGAL

- LEI MUNICIPAL Nº 6.022, DE 08 DE MAIO DE 1966
- LEI MUNICIPAL Nº 7.231, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1983
- LEI MUNICIPAL Nº 8.447, DE 20 DE JULHO DE 2005
- RESOLUÇÃO Nº 01/90, DE 21 DE JANEIRO/90



PREFEITURA DE
BELÉM

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

- LEI Nº 7.505, DE 08 DE JANEIRO DE 1991
- RESOLUÇÃO Nº CD 004/91, DE 31 DE JANEIRO DE 1991
- DECRETO Nº 22.642/91-PMB, DE 15 DE FEVEREIRO DE 1991
- LEI MUNICIPAL Nº 9.032, DE 27 DE SETEMBRO DE 2013

FINALIDADE

ENTIDADE COM PERSONALIDADE JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO, DE CARATER ASSISTENCIAL SEM FINS LUCRATIVOS, TEM POR FINALIDADE EXECUTAR E PROMOVER A EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS SOCIAIS FIXADOS PELO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, VISANDO AO DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES E AO TRATAMENTO E PREVENÇÃO DOS PROBLEMAS QUE AFETAM OS SEGMENTOS DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BELÉM

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

- RESOLUÇÃO Nº CD 004/91 DE 31 DE JANEIRO DE 1991 – ART. 9º
- LEI FEDERAL Nº 4.320 DE 17 DE MARÇO DE 1964
- LEI COMPLEMENTAR Nº 101 DE 04 DE MAIO DE 2000 (LRF)
- PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 163 DE 04 DE MAIO DE 2001
- LEI Nº 9.036 DE 10 DE OUTUBRO DE 2012- LDO
- PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 163 DE 04 DE MAIO DE 2001
- LEI Nº 9.026 DE 07 DE AGOSTO DE 2013 – PPA 2014-2017 – DOM Nº 12.386 DE 07/08/2013 2º Caderno

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE

BASE LEGAL

- LEI Nº 7.347, DE 14 DE OUTUBRO DE 1986 - DOM 21/10/86.
- DECRETO Nº 50.766-2006-PMB, DE 27 DE MARÇO DE 2006, DOM Nº 10.657 DE 12/05/2006 2º CADERNO.

FINALIDADE

VINCULADA A SEMEC, É UMA ENTIDADE COM PERSONALIDADE JURÍDICA PRÓPRIA NOS TERMOS DO ART. 37, XIX, DA CF, DE CARÁTER ASSISTENCIAL, SEM FINS LUCRATIVOS, COM OS OBJETIVOS ESPECÍFICOS DE PLANEJAR, PROJETOS E ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE, EM TODAS AS SUAS ÁREAS DE ABRANGÊNCIA NO ÂMBITO DE COMPETÊNCIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM.

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

- LEI FEDERAL Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964
- LEI COMPLEMENTAR Nº 101 DE 04 DE MAIO DE 2000
- RESOLUÇÃO / FNDE / CD / Nº 38 DE 16 DE JULHO DE 2009
- LEI Nº 9.036 DE 10 DE OUTUBRO DE 2012- LDO
- PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 163 DE 04 DE MAIO DE 2001
- LEI Nº 9.026 DE 07 DE AGOSTO DE 2013 – PPA 2014-2017 – DOM Nº 12.386 DE 07/08/2013 2º Caderno

FUNDAÇÃO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE BELÉM

BASE LEGAL

- LEI Nº 7.455, DE 17 DE JULHO DE 1989
- LEI Nº 7.850, DE 17 DE OUTUBRO DE 1997
- LEI Nº 8.943 DE 31 DE JULHO DE 2012 – DOM 9.12.144 DE 31/07/12
- LEI ORDINÁRIA Nº 8.943 DE 31 DE JULHO DE 2012 – DOM 9.12.144 DE 31/07/12
- DECRETO Nº 31.910/97-PMB DE 15 DE DEZEMBRO DE 1997
- DECRETO Nº 21.762/90-PMB DE 18 DE ABRIL DE 1990
- DECRETO Nº 21.763/90-PMB, DE 18 DE ABRIL DE 1990
- DECRETO Nº 21.824/90-PMB, DE 04 DE MAIO DE 1990
- DECRETO Nº 35.416/90-PMB, DE 25 DE JUNHO DE 1999
- DECRETO Nº 36.767/90-PMB, DE 26 DE MAIO DE 2000
- DECRETO Nº 55.669/2008-PMB, DE 04 DE JUNHO DE 2008 – DOM 11.148 DE 04/06/2008

FINALIDADE

ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS, TEM POR FINS ESPECIFICOS, O PLANEJAMENTO, A COORDENAÇÃO, A EXECUÇÃO, O CONTROLE E A AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES DA CULTURA NO MUNICÍPIO DE BELÉM.

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

- DECRETO Nº 21.763/90-PMB, DE 18 DE ABRIL DE 1990, ARTIGO 17
- LEI FEDERAL Nº 4.320 DE 17 DE MARÇO DE 1964
- LEI COMPLEMENTAR Nº 101 DE 04 DE MARÇO DE 2000 (STN)
- LEI Nº 9.036 DE 10 DE OUTUBRO DE 2012- LDO
- PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 163 DE 04 DE MAIO DE 2001
- LEI Nº 9.026 DE 07 DE AGOSTO DE 2013 – PPA 2014-2017 – DOM Nº 12.386 DE 07/08/2013 2º Caderno

FUNDAÇÃO CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL ESCOLA BOSQUE “PROFESSOR EIDORFE MOREIRA”

BASE LEGAL

- LEI Nº 7.747, DE 02 DE JANEIRO DE 1995 - DOM DE 04/01/95
- LEI DELEGADA Nº 002 DE 20 DE NOVEMBRO DE 1995 - DOM DE 24/11/95
- LEI DELEGADA Nº 003 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1995 - DOM DE 01/08/96
- DECRETO Nº 28.837/96-PMB, DE 13 DE JUNHO DE 1996 - DOM DE 20/06/96
- DECRETO Nº 28.838/96-PMB, DE 13 DE JUNHO DE 1996 - DOM DE 04/07/96 (ESTATUTO)
- DECRETO Nº 29.407/96-PMB, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1996 - DOM DE 28/11/96 (REGIMENTO INTERNO)
- LEI Nº 8.626, DE 08 DE JANEIRO DE 2008 - DOM Nº 11.068 DE 30/01/2008



FINALIDADE

PROMOVER, DE MODO SEMPRE ATUALIZADO E INOVADOR, A RELAÇÃO ADEQUADA ENTRE MEIO AMBIENTE E EDUCAÇÃO, SERVINDO DE REFERÊNCIA PARA TODO O MUNICÍPIO, EM PARTICULAR PARA SUA REDE PRÓPRIA DE ESCOLAS, PRIMANDO PELA EXCELÊNCIA EM EDUCAÇÃO, PESQUISA E ATENDIMENTO COMUNITÁRIO;
CULTIVAR O INTERCÂMBIO NACIONAL E INTERNACIONAL, PÚBLICO E PRIVADO, NESTA ÁREA, AO LADO DE MANTER A ESCOLA COM CARGOS FORMAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, 1º E 2º GRAUS E PROGRAMAÇÃO COMUNITÁRIA PERMANENTE, INCLUÍDAS ATIVIDADES VOLTADAS AO MANEJO ALTERNATIVO DAS QUESTÕES AMBIENTAIS DA ILHA DE CARATATEUA E ADJACÊNCIAS;
DESENVOLVER ASSessorIA ÀS ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS DE INTERESSE DA FUNDAÇÃO, EM PARTICULAR ÀQUELAS QUE COLABOREM COM A EXCELÊNCIA DA ESCOLA E COM A ATUAÇÃO GERAL DA INSTITUIÇÃO.

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

- DECRETO Nº 29.407/96 – PMB DE 21 DE NOVEMBRO DE 1996 – ART. 73 - FUNBOSQUE
- DECRETO Nº 28.838/96 PMB DE 13/06/96 ART. 37 – FUNBOSQUE
- LEI FEDERAL Nº 4.320 DE 17/03/64
- LEI COMPLEMENTAR Nº 101 DE 04/05/2000 (STN)
- LEI Nº 9.036 DE 10 DE OUTUBRO DE 2012- LDO
- PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 163 DE 04 DE MAIO DE 2001
- LEI Nº 9.026 DE 07 DE AGOSTO DE 2013 – PPA 2014-2017 – DOM Nº 12.386 DE 07/08/2013 2º Caderno

SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA DE MOBILIDADE URBANA DE BELÉM

BASE LEGAL

- LEI MUNICIPAL Nº 8.227 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2002 - DOM 9.880 DE 31/01/2003
- LEI MUNICIPAL Nº 8.951 DE 30 DE AGOSTO DE 2012 - DOM 9.880 DE 03/09/2012
- LEI Nº 9.031 DE 18 DE SETEMBRO DE 2013 – DOM Nº 12.414 DE 18/09/2013
- DECRETO Nº 41.959-A, DE 01 DE ABRIL DE 2003 - DOM 9.920 DE 02/04/2003

FINALIDADE

PLANEJAR, GERIR, EXECUTAR E AVALIAR O SISTEMA DE MOBILIDADE URBANA DO MUNICÍPIO DE BELÉM, CONSIDERANDO-SE ATRIBUIÇÕES MÍNIMAS:

- I - PLANEJAR E COORDENAR OS DIFERENTES MODOS E SERVIÇOS;
- II - AVALIAR E FISCALIZAR OS SERVIÇOS E MONITORAR DESEMPENHOS, GARANTINDO A CONSECUÇÃO DAS METAS DE UNIVERSALIZAÇÃO E DE QUALIDADE;
- III - IMPLANTAR A POLÍTICA TARIFÁRIA;
- IV - DISPOR SOBRE ITINERÁRIOS, FREQUÊNCIAS E PADRÃO DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS;
- V - ESTIMULAR A EFICÁCIA E A EFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO;
- VI - GARANTIR OS DIREITOS E OBSERVAR AS RESPONSABILIDADES DOS USUÁRIOS; E
- VII - COMBATER O TRANSPORTE ILEGAL DE PASSAGEIROS.



LEGISLAÇÃO DA RECEITA

- LEI COMPLEMENTAR Nº 101 DE 04/05/2000 (STN)
- DECRETO 50.407/2006 DE 31 DE JANEIRO DE 2006
- RESOLUÇÃO Nº 001/2007-CONDEL/CTBEL DE 18 DE MAIO DE 2007
- RESOLUÇÃO Nº 002/2007-CONDEL/CTBEL DE 30 DE MAIO DE 2007

- LEI Nº 9.036 DE 10 DE OUTUBRO DE 2012- LDO
- PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 163 DE 04 DE MAIO DE 2001
- LEI Nº 9.026 DE 07 DE AGOSTO DE 2013 – PPA 2014-2017 – DOM Nº 12.386 DE 07/08/2013 2º Caderno

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BELÉM

BASE LEGAL

- LEI Nº 8.466 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2005 – DOM 10.551 DE 30/11/2005 3º CADERNO
- RESOLUÇÃO Nº 02/2006 – CONDEL/IPAMB DE 03 DE ABRIL DE 2006
- LEI Nº 8.234, DE 31 DE JANEIRO DE 2003
- DECRETO Nº 46.332/04 - PMB, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2004
- LEI Nº 8.624, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2007 – DOM 11.068 DE 30/01/2008

- LEI Nº 8.652, DE 22 DE JULHO DE 2008 – DOM 11.187 DE 29/07/2008
- LEI Nº 8.652, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010 – DOM 11.765 DE 30/12/2010

FINALIDADE

GARANTIR OFERECER A SEUS SEGURADOS E DEPENDENTES ATRAVÉS DE SEU RPAS NA CONFORMIDADE DA PRESENTE LEI PRESTAÇÃO DE NATUREZA PREVIDENCIÁRIO, EM CASO DE CONTINGÊNCIAS QUE INTERROMPEM, OU FAÇAM CESAR SEUS MEIOS DE SUBSISTÊNCIA

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

- LEI FEDERAL Nº 4.320 DE 17 DE MARÇO DE 1964
- LEI Nº 8.466 DE 30/11/05 (ART. 44) DOM DE 30/11/2005 3º CADERNO
- LEI COMPLEMENTAR Nº 101 DE 04/05/2004 (STN)
- LEI MUNICIPAL Nº 8.790 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010
- RESOLUÇÃO Nº 7.736/2005/TCM/PA DE 25/05/2005
- RESOLUÇÃO Nº 06/2011 – CONDEC/IPAMB DE 18 DE AGOSTO DE 2011
- LEI Nº 9.036 DE 10 DE OUTUBRO DE 2012- LDO
- PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 163 DE 04 DE MAIO DE 2001
- LEI Nº 9.026 DE 07 DE AGOSTO DE 2013 – PPA 2014-2017 – DOM Nº 12.386 DE 07/08/2013 2º Caderno



PREFEITURA DE

BELÉM

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

AGÊNCIA REGULADORA MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BELÉM

BASE LEGAL

- LEI Nº 6.695, DE 17 DE JUNHO DE 1969
- DECRETO Nº 12.565, DE 24 DE AGOSTO DE 1970
- PORTARIA Nº 053/2003/SAAEB/PMB DE 01 DE NOVEMBRO DE 2003
- LEI Nº 8.630, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2008 – DOM Nº 11.071 DE 07/02/2008

FINALIDADE

- ORGÃO AUTÁRQUICO MUNICIPAL, TEM POR FINALIDADE EXERCER COM EXCLUSIVIDADE, TODAS AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E TÉCNICAS QUE SE RELACIONEM COM OS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ÁGUA E DE ESGOTOS NOS DISTRITOS DE ICOARACI E MOSQUEIRO.

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

- LEI Nº 6.695 DE 17 DE JUNHO DE 1969 – ART 5º
- LEI COMPLEMENTAR Nº 101 DE 04/05/2000 (STN)
- RESOLUÇÃO Nº 7.736/2005/TCM/PA DE 25/01/2005
- LEI Nº 9.036 DE 10 DE OUTUBRO DE 2012- LDO
- PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 163 DE 04 DE MAIO DE 2001
- LEI Nº 9.026 DE 07 DE AGOSTO DE 2013 – PPA 2014-2017 – DOM Nº 12.386 DE 07/08/2013 2º Caderno



FUNDOS MUNICIPAIS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

LEI Nº 7.564 DE 04 DE FEVEREIRO DE 1992 – DOM DE 26/02/92

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FMCA

LEI Nº 7.584 DE 31 DE JULHO DE 1992 – DOM DE 17/08/92

FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FMDU

LEI Nº 7.603 DE 13 DE JANEIRO DE 1993 – DOM DE 16/11/93 (PLANO DIRETOR, ART. 196)

DECRETO Nº 26.302/93 – PMB DE 29 DE DEZEMBRO DE 1993 – DOM DE 30/12/93

FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FMHIS

LEI Nº 8.478 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2005 – DOM Nº 10.808 DE 29/12/2006

DECRETO Nº 50.419/2006 – PMB DE 31 DE JANEIRO DE 2006 – DOM Nº 10.628 DE 28/03/2006

FUNDO MUNICIPAL DE SOLIDARIEDADE PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA VER-O-SOL - FVSOL

LEI COMPLEMENTAR Nº 01 DE 20 DE OUTUBRO DE 1997 – DOM DE 05/11/97

LEI Nº 8.434 DE 22 DE JUNHO DE 2005 – DOM Nº 10.449 DE 22/06/2005

LEI COMPLEMENTAR Nº 006 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2005 – DOM Nº 10.570 DE 29/12/2005

DECRETO Nº 50.393/2006 – PMB DE 20 DE JANEIRO DE 2006 – DOM Nº 10.584 DE 20/01/2006

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

LEI Nº 7.857 DE 12 DE DEZEMBRO DE 1997 – DOM DE 06/04/98

FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FMMA

LEI Nº 8.233 DE 31 DE JANEIRO DE 2003 – DOM 9.905 DE 12/03/03

LEI Nº 8.489 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2005 – DOM Nº 10.570 DE 29/12/05

DECRETO Nº 52.559 DE 31 DE JANEIRO DE 2007 – DOM Nº 10.854 DE 12/03/2007

FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA - FMC

LEI FEDERAL Nº 4.324 DE 14 DE ABRIL DE 1964

LEI Nº 8.943 DE 31 DE JULHO DE 2012 – DOM 9.12.144 DE 31/07/12

Decreto Nº 76.067 de 27 de março de 2013 – DOM Nº 12.305 de 05/04/2013



PREFEITURA DE

BELÉM

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

LEGISLAÇÃO BÁSICA DAS EMPRESAS

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E ADMINISTRAÇÃO DA ÁREA METROPOLITANA DE BELÉM – CODEM

LEI Nº 6.795 DE 24 DE ABRIL DE 1970

LEI Nº 6.861 DE 08 DE FEVEREIRO DE 1971

COMPANHIA DE INFORMÁTICA DE BELÉM – CINBESA

LEI Nº 7.217 DE 28 DE DEZEMBRO DE 1982